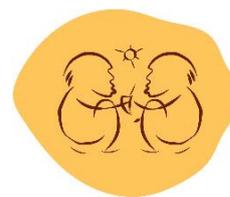


Ideologia: pondo História na História



Pedro de Alcântara Figueira¹

Pretendo, neste breve escrito, tratar de alguns pontos referentes a um termo que, na verdade, ficou gasto com o uso banal que lhe tem sido dado, tanto em livros, como na imprensa em geral: é de Ideologia que pretendo tratar.

Pretendo, aqui, apenas demonstrar que sua fonte **mater** se encontra nos fundamentos históricos do próprio desenvolvimento capitalista desde a metade do século XIX até nossos dias. Esse desenvolvimento se acompanha de uma verdadeira fúria inovadora, revolucionária, que ameaça permanentemente a própria existência do capitalismo. Se, de um lado, esse contexto histórico permite o surgimento de uma concepção condizente com esse ímpeto revolucionário, do outro, tendo em vista as forças econômicas que exigem mudanças de base, nasce uma concepção encastelada na manutenção do **status quo**. Não sem razão essa concepção se debate em contradições, as quais, dadas as dificuldades de resolvê-las na prática, vão engrossar ideias insustentáveis, aquelas exatamente que formarão a Ideologia que aqui é objeto de nossas considerações.

Como recurso, digamos pedagógico, para evidenciar a verdadeira face dessa Ideologia, pus em confronto a Economia Política e a *economia*. Penso que assim se pode melhor ressaltar os verdadeiros fundamentos históricos que estão na base das meias ideias de que se alimentam os economistas. Não temos dúvida de que essa contraposição não esgota toda a dimensão da Ideologia, pois embora ela se alicerce em alguns tópicos fundamentais, não deixa de se manifestar camaleonicamente a cada enfrentamento com a própria realidade. Precisamente de um século para cá, ela tem se expressado em formas as mais extremadas possíveis como no nazismo e no fascismo, ou seja, seus argumentos lembram o que disse Locke a respeito dos que a Santa Inquisição usava frequentemente. Não sem certa ironia Locke os batizou de “argumentos abrasadores”.

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar

A Ideologia é uma ferramenta fundamental na relação entre as classes sociais. A construção histórica do domínio de uma classe sobre outra, mesmo quando essa dominação se funda na necessidade histórica, ela passa pela ciência, mas deixa fortes rastros em ideias e conceitos forjados ao sabor de justificativas comprometedoras. Podemos dizer que as tentativas de analisar cientificamente - um exemplo seria a Economia Política - os fundamentos da sociedade capitalista derrapam em explicações nem sempre muito convincentes. Não é raro que o cinismo se adiante na explicação de certos elementos constitutivos da relação entre as classes sociais. No embate que a Economia Política e o Iluminismo travaram contra os grupos aferrados a privilégios já condenados pelo desenvolvimento histórico, a ciência comprometida com esse desenvolvimento recorreu, vez por outra, a argumentos marcados por um forte viés ideológico.

A ciência que expressou as novas necessidades correspondentes ao surgimento do capitalismo travou uma luta teórica consigo mesma em que os argumentos não raro se sustentavam em conceitos duvidosos. Podemos dizer que as verdades nas sociedades de classe esbarram sempre com dificuldades insolúveis. É um mundo em que as impurezas conceituais se fazem presentes quando se trata de estabelecer princípios novos. Não sem razão esses princípios estão sempre em contenda, no caso do Iluminismo e da Economia Política, com Rousseau. A condenação que Rousseau faz das sociedades de classe, atribuindo-lhes os males permanentes que sofrem os homens, é uma pedra no caminho da nova ciência. Não por outra razão, não são poucas as construções teóricas da Economia Política em que o pano de fundo se estrutura a partir de referências explícitas, ou não, ao pensamento de Rousseau sobre a constituição da sociedade humana².

Na medida em que o tempo consome esta nova ciência, algo que tem se manifestado como fatalidade de todas as verdades, que, como diz Bacon, são filhas do tempo, a concepção que corresponde ao período de desenvolvimento e universalização do capitalismo vai se degradando à medida que os obstáculos antepostos ao capital por si próprio anunciam a necessidade de novos princípios sociais. A dificuldade de definir esses novos princípios, condizentes com os novos tempos, se encontra no esforço de Thomas Hodgskin, com sua obra **Popular Political Economy**, de Sismondi, **Novos Princípios de Economia Política** e num conjunto de autores conhecidos como “socialistas ricardianos”. A linha geral que predomina então é procurar entender as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista. Aos autores que então se empenharam nessa

² Não deixa de ser um paradoxo que o verbete *Economia Política* da *Encyclopédie* tenha sido escrito precisamente por Rousseau. É ainda mais surpreendente pois Diderot afinava inteiramente com os princípios burgueses da ciência econômica clássica.

busca o que importa é entender o próprio funcionamento interno da sociedade burguesa, e identificar nele, e não em forças externas, a sua natureza repleta de convulsões. O socialismo não é, neste momento, apenas uma cogitação utópica, pois já afloram formulações, podemos dizer que teoricamente modestas, segundo as quais o capital impõe, ele próprio, limitações à produção. Isto significa que a lei suprema da acumulação, o *lucro*, constitui impedimento ao pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Neste contexto, começa a tomar forma uma interpretação que, contrariando as conclusões a que acabei de me referir, parte, em última análise, do entendimento segundo o qual a sociedade burguesa é a forma natural de ser da sociedade humana. No embate com a realidade, essa concepção vai assumindo, progressivamente, contornos cada vez mais obscurantistas.

Já em 1848, Marx e Engels iniciam o **Manifesto do Partido Comunista**, revelando a existência de uma Santa Aliança contra o comunismo. O medo das transformações que o próprio capital gera contra si mesmo invade todas as manifestações superestruturais. A burguesia se arma com as ideias mais retrógradas, numa clara contradição com as forças produtivas revolucionárias que ela mal controla, tenta anular, até destrói, mas, em última análise, vive aquela situação do feitiço que se volta contra o feiticeiro, e por isso mesmo lança mão daquelas manifestações que num passado não muito distante seus inimigos de classe usaram contra seu nascimento e desenvolvimento.

Essa tendência ao obscurantismo passa ao primeiro plano quando o socialismo irrompe em 1917 com o nascimento da União Soviética.

As duas guerras mundiais e o surgimento do nazismo e do fascismo materializam a escalada anticomunista, por um lado, na destruição de riquezas e homens que os conflitos armados representam, por outro, em manifestações políticas que propugnam pelo extermínio de populações inteiras. A real ameaça comunista, aquela que advém da impossibilidade de o capital resolver as suas contradições, sobretudo aquela que torna o capital o maior inimigo de si mesmo, de certo modo não se concretizou universalmente precisamente pelo recurso generalizado, o único que parece ainda restar, que é a enorme destruição de riquezas.

Dos muitos aspectos que assume a Ideologia nesse turbilhão de convulsões sociais, políticas e econômicas, destacaremos aqui, por ora, a sua manifestação concreta na chamada *ciência econômica* que, de certo modo, enfeixa o que todas as demais manifestações ideológicas, sociologia, filosofia, possuem de essencial.

Entendo como ciência, seja lá a que período histórico se refira, como aquele conjunto de ideias comprometidas com o desenvolvimento social e identificadas,

portanto, com a plena liberdade quanto ao uso das forças produtivas. Considero, neste ponto, necessário e urgente mostrar a profunda e radical diferença entre Economia Política e *economia*, até porque não são poucos, entre os quais incluo o economista T. Pyketty, que usam indiferentemente os dois termos sem se dar conta do fosso que separa a ambas. Elas se referem a épocas de conteúdo histórico profundamente distinto.

A primeira, a Economia Política, é expressão de uma época em que o antagonismo social era o motor da história³, enquanto a segunda, essa coisa chamada *economia*, é fruto da impossibilidade do antagonismo social dar conta do desenvolvimento das forças sociais. Por essa mesma razão, a *economia* é inimiga consciente das transformações sociais. Para dar curso ao que já se converteu em verdadeira tragédia, nela comprometendo o povo, a Ideologia, fundamentalmente estruturada a partir dos despropósitos da tal *economia*, se esmerou e sufocou o mundo com informações falsas, mentiras deslavadas que se tornaram especialidade dos meios de comunicação. Inventou e impôs ao povo, entre muitas e variadas imbecilidades, essa figura sinistra que são os *especialistas*.

Um dos pontos capitais da estruturação teórica da Economia Política é sua convicção segundo a qual *o interesse privado se identifica com o bem comum*. Segundo esse princípio, a burguesia representa os interesses gerais da sociedade, pois ela seria a força comprometida com o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, o pleno e livre desenvolvimento das forças produtivas teria no antagonismo de classe a sua expressão necessária, ou seja, histórica.

Antes de prosseguir propriamente nessa linha de argumentação, uma breve explicação sobre o nome Economia Política talvez seja necessária. Refiro-me, sobretudo, ao termo “política”, que pode ser substituído por social, querendo significar com isso que é da sociedade que se trata. Por isso mesmo, como é de uma sociedade fundada no antagonismo de classes, é da existência concreta dessas classes que parte a ciência econômica clássica.

Tudo isso tem seu ponto de inflexão a partir do próprio desenvolvimento das forças produtivas. São estas, na verdade, que vão definir as posições teóricas, melhor seria dizer, políticas, a partir de um determinado momento, a **grosso modo** a década de quarenta do século XIX.

³ “No próprio surgimento da civilização, a produção começa a se fundar no antagonismo entre as ordens, os estamentos, as classes e, enfim, no antagonismo entre o trabalho acumulado e o trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso. Esta é a lei a que se submeteu, até hoje, a civilização. Até o presente, as forças produtivas se desenvolveram graças ao regime antagônico das classes”. (MARX, 1985, p. 64)

As manifestações da classe trabalhadora que se espalham, então, por toda a Europa põem em guarda a burguesia. Os trabalhadores, sobretudo na França, em 1848, demonstram sua pretensão de disputar o poder com a burguesia. É preciso que se diga não se tratar de um simples assalto ao poder político, mas da demonstração de que o domínio do Estado pela burguesia tinha deixado de ser uma plena identificação com o progresso social das forças produtivas. O **Manifesto do Partido Comunista** de Marx e Engels expressa essa virada. É bem verdade que ela se manifesta mais claramente no plano teórico, pois o capital, diferentemente da classe que o detém, se move por caminhos que contrariam os próprios interesses de seus proprietários, os capitalistas. Enquanto a burguesia se volta sobretudo para a conservação do poder, o capital ameaça o seu conservadorismo. É esse conservadorismo que estará na base do que virá a se chamar *economia*, cuja pretensão científica não resiste ao confronto com a nova ciência que se identificará com o pleno desenvolvimento social das forças produtivas do trabalho, e cuja manifestação teórica mais completa é precisamente o marxismo.

O caminho que toma a Ideologia, como, aliás, o de todas aquelas manifestações que se comprometem em contrariar as transformações sociais, é a manipulação da realidade. Assim se estrutura isto que com muita razão passou a ser batizado de *economicismo*. De certo modo, esses “administradores da fortuna privada”, como eram chamados por Sismondi os economistas, causam à sociedade humana um prejuízo maior do que aquele que a Escolástica medieval provocou quando a decadência do feudalismo começava a se encaminhar para o surgimento de uma nova forma de organização da sociedade.

Para que o leitor tenha uma ideia mais concreta do significado dos princípios que constituíram a Economia Política e os princípios que fundamentam a Ideologia a partir da metade do século XIX, indicaria a leitura do capítulo VIII intitulado “Os Salários do Trabalho” de **A Riqueza das Nações** de A. Smith.

“O produto do trabalho constitui a recompensa natural ou salários do trabalho. Naquele estado original das coisas que precede tanto a apropriação da terra, quanto a acumulação do capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador. Ele não tem o dono da terra, nem o capitalista, com quem partilhá-lo.”⁴

⁴ “The produce of labour constitutes the natural recompense or wages of labor. In that original state of things, which precedes both the appropriation of land and the accumulation of stock, the whole produce of labour belongs to the labourer. He has neither landlord nor master to share with him”. (SMITH, 1981)

Para elucidar melhor a contraposição entre a ciência econômica clássica e o *economês* - que com muita propriedade o professor Belluzo apelidou de Gororoba - reproduzo aqui o tópico VI da obra do economista clássico francês Turgot, **Réflexions sur la formation et la distribution des richesses**, de 1766, em que ele explica o que é salário:

“VI. O SALÁRIO DO OPERÁRIO ESTÁ LIMITADO, EM RAZÃO DA CONCORRÊNCIA ENTRE OS OPERÁRIOS, À SUA SUBSISTÊNCIA. ELE GANHA APENAS A SUA VIDA.

O simples operário, que não tem mais do que seus braços e sua capacidade de trabalhar, não possui nada além daquilo que obtém com a venda do seu trabalho. Ele o vende mais ou menos caro, mas o preço mais ou menos alto não depende só dele: ele resulta do acordo que faz com aquele que paga seu trabalho. Este paga o mínimo que pode; como pode escolher entre um grande número de operários, prefere aquele que trabalha por menos. Os operários são, portanto, obrigados a baixar seu preço em vista da concorrência entre eles. Seja qual for o tipo de trabalho, o salário do operário se limita ao que lhe é necessário para obter sua subsistência”. (TURGOT, 1970, p. 126)

Esta construção das ideias dominantes que denominamos Ideologia reduz-se, no fundamental, aos termos do que impropriamente se tem chamado de *ciência econômica*, num claro abuso no que se refere ao uso da palavra ciência. Ao contrário do que se divulga a respeito do conhecimento científico, este abuso científico tem uma capacidade ímpar que é não ser entendido nem por quem o divulga, no que contraria a vulgaridade que postula que o saber se aprimora com o passar do tempo. Ele se esmera em divulgar uma baboseira que não tem qualquer outro objetivo senão ocultar a existência concreta da sociedade constituída de classes.

Quanto à terminologia “científica” dos economistas, vamos aqui nos referir a alguns dos seus achados.

Para começar, não faz parte do seu vocabulário a palavra *capitalismo*. Quando essa palavra escapa à sua vigilância ideológica é porque foi esvaziada completamente de seu conteúdo social.

No que se refere a fazer menção às *classes sociais*, sua vigilância ideológica muito raramente, ou quase nunca, deixa de se exercer. Poderíamos até dizer que se trata de termo absolutamente proibido. Na verdade, os economistas não sabem o que fazer com tais termos.

Trabalho e produção jamais são os sujeitos da ação. Ao contrário, os economistas lhes reservam o lugar de honra como objetos indiretos. Aliás, a rigor, ao contrário de A. Smith, que faz do Trabalho o sujeito da riqueza das nações, a ação propriamente econômica não tem uma definição clara nas ideias dos *economistas*. Como a sua ideologia ensina ao povo a repetir mecanicamente “graças a deus”, também para o seu “milagre econômico” deus talvez seja o protagonista.

Como o capitalismo vive em quase permanente crise, quando sai de uma, antes de entrar em outra, e acontece um período de prosperidade, ele denomina esse acontecimento de “Milagre Econômico”. Essa é, pelo menos, a única sacada científica de que os economistas são capazes, ou seja, o melhor dos mundos possíveis por eles propalado não sobrevive senão à base de milagres.

A palavra mágica dos economistas é *mercado*. Nela se concentra quase toda a sua ignorância a respeito do mundo real.

Quando a questão diz respeito à determinação do *Preço*, a incompetência dos economistas é completa. Invariavelmente recorrem à palavra mágica *demanda*. Tudo o que lhes ocorre quando falam de preço é reduzi-lo à procura. Mas o fundamental do que pensam é que preço é algo arbitrário, assim como também a procura, sobretudo porque ignoram como preço é produzido, ou seja, que ele se determina pelo valor da mercadoria, o qual expressa o tempo de trabalho que custa produzi-la. Como teriam de admitir que a determinação do preço de uma mercadoria obriga entender qual é o papel que nela ocupa o trabalho, são capazes dos maiores despropósitos e malabarismos para evitar falar sobretudo da relação entre valor e preço.

A *produção*, entendida, como produção de homens, é uma ideia que jamais lhes passa pela cabeça. Com o termo *economia* eles esgotam toda a sua capacidade intelectual.

A categoria *mercado* não passa, para eles, de uma palavra mágica. É a sua divindade onipotente, onisciente e onipresente, aquela a que Benjamin Franklin desrespeitosamente se referiu quando definiu o comércio como “troca de trabalho por trabalho”, sobretudo porque entendem que o comércio é troca de coisas, o que faz pensar propriamente em escambo, ou seja, naquela época em que os produtos do trabalho não poderiam ser classificados como mercadoria.

Sobre *Salário*, cuja conceituação permite entender historicamente não só como o produto do trabalho toma a forma mercadoria, como também os próprios fundamentos da expropriação do trabalho, aos *economistas* só é permitido falar em *mais ou menos*.

Para os *economistas* que deitam a mais perfeita e misteriosa falação sobre Dinheiro e Finanças, apenas tomaria a liberdade de lhes sugerir a leitura do verbete *Finanças da Encyclopédie* de D'Alembert e Diderot. (In FIGUEIRA, 2000, p. 199)

Quanto a uma de suas expressões mais favoritas, *Política Econômica*, esta, em especial, resume suas manhas e truculências na arte de expropriar permanentemente o povo.

Uma simples consulta à **Teoria do Desenvolvimento Econômico** de J. A. Schmpeter pode elucidar o que vimos arrolando. Na verdade, diríamos que seu tratado é obra de um virtuose em abstrações e evasivas a respeito da realidade social.

Ficamos por aqui quanto a falar de mau gosto, mas, antes de prosseguir gostaria de citar uma passagem bem sugestiva de Benjamin Franklin: “Assim é que assistimos, todos os dias, a uma discussão acalorada sobre questões políticas que, conquanto digam respeito a todos, não são compreendidas por ninguém”. (In FIGUEIRA, 2000, p. 176-7)

Os conceitos que estruturam a ciência econômica de A. Smith, de Turgot, de Quesnay, de Ricardo jamais poderiam compor suas elucubrações sobre o mundo da produção da riqueza social.

Se para A. Smith a categoria Trabalho é, de direito, o sujeito da sua obra-prima, **A Riqueza das Nações**, para os economistas trabalho é a sina dos desclassificados. Não seria errado concluir que a concepção que rege a Economia Política funcionaria como um verdadeiro dissolvente da assim chamada *economia*, isto é, a “ciência” dos *economistas*.

Tudo isto criou um ente teratológico que é justamente a Ideologia. O que saber, e como saber, passa a ser a tarefa pedagógica de que se incumbem os “especialistas”, esta raça que é instruída a desprezar todo e qualquer escrúpulo quando se trata de falsificar a realidade. Esse trabalho é no que se resume a educação que reservam ao povo, tanto a que cabe à escola, como aquela difundida pelos meios de comunicação. É de tal modo gigantesco o massacre que se exerce sobre o povo que um escritor americano escreveu um livro - que só conheço de referência - intitulado **Obesidade Mental**, que tece considerações principalmente sobre o papel sujo dos meios de comunicação nessa tarefa insana de incutir a ignorância absoluta sobre todas as coisas. Esta situação me faz lembrar de como Pantagrue se livrou do entulho ideológico em que se converteu a Escolástica: rigorosamente, vomitando-o.

De certo modo, François Rabelais, nesta obra magnífica que é **Gargântua e Pantagrue**, nos ensina como nos livrar desse lixo que se acumulou de um século para cá. Não se trata de uma batalha fácil. De minha parte proponho que, ao invés de

continuarmos repetindo a cantilena enfadonha dos *economistas*, essa gororoba indigesta que se resume na expressão “condições econômicas”, falemos concretamente em: *educação para todos, medicina para todos, alimentação para todos, casa para todo mundo, trabalho para todo mundo*, pois o que é fundamental é entender que tudo isto não só é possível, como necessário, já que, do contrário, a única coisa que resta será continuar a destruição de forças produtivas, tarefa esta de que se encarrega atualmente a vassalagem responsável pela Ideologia.

Como para os *economistas* políticos o trabalho é o ponto de partida e o ponto de chegada de todas as relações de produção, melhor dizendo, da vida, ocultar a existência da ciência econômica clássica é condição de sobrevivência das monstruosidades ideológicas.

Se o leitor tiver curiosidade de conferir o que a respeito das classes disseram Quesnay, Adam Smith e Ricardo, simplesmente lhe sugeriria ler o que esses autores dizem na primeira frase de suas obras mestras. Para eles, as classes são a forma concreta de estruturação da sociedade, o seu conteúdo, e aquilo que eles entendem como produção é, antes de tudo, produção dessas classes, enquanto existência concreta da sociedade.

Para manter seu ideário de pé, os *economistas* não poupam o recurso à divulgação, e imposição, diga-se de passagem, de falsas informações que têm como exclusivo objetivo disseminar uma ignorância cavalgar, que respeitosa chamamos de Ideologia.

As formas de divulgação da Ideologia, desse monstro mental com o qual exercem seu domínio de classe, não se reduzem apenas a seus aspectos culturais, religiosos, educacionais, jurídicos, pois recorrem com muita desenvoltura à repressão policial e ao terrorismo em suas mais variadas manifestações. São mestres na divulgação de catástrofes econômicas com as quais desempenham, de modo brilhante, o seu papel de vassal dos dominantes, ou de qualquer grupo que assalte o poder. Não fazem cerimônia em dar irrestrito apoio aos autoritarismos fascistas desde que tenham como objetivo principal organizar a miséria do povo.

Seu desempenho quanto a aterrorizar o povo, ameaçando-o permanentemente com as tais “medidas necessárias”, sem as quais, assim argumentam, tudo pioraria sobretudo para os mais pobres – que em sua riqueza vocabular costumam chamar generosamente de “menos favorecidos” –, não deixa nada a dever à canalhice.

Não podemos deixar de registrar que a esquerda vive atolada nesse nada apelidado de *economia* do qual não se livra nem mesmo quando faz declaração de fidelidade ao

marxismo. Em geral seus representantes não vão além de condenações às “exorbitâncias” do capitalismo, e suas “críticas” se fundam preferencialmente numa moral eterna. Assim classifico suas manifestações, pois sequer procuram entender o que historicamente significa o capitalismo segundo a concepção de Marx.

Assim como a Escolástica trouxe presa a sociedade aos cânones da igreja, os *economistas* costumam puxar a rédea quando o povo manifesta alguma contrariedade.

Assim como a Escolástica perdeu sua utilidade quando as naus espanholas e portuguesas singraram “mares nunca dantes navegados”, o mesmo acontece com os *economistas* ao enfrentarem a rebeldia incontrolável das forças produtivas. No momento em que essas forças se identificarem plenamente com um novo personagem, essa identidade fará voar pelos ares todos os obstáculos que ainda impedem o seu desenvolvimento. O Poder Popular é precisamente esse personagem. Não cabem, aqui, especulações sobre prazos, mas análise concreta de uma realidade que necessita urgentemente ser transformada.

Em obra recente, Jean Ziegler resume mui sinteticamente sua motivação principal ao afirmar: “Le capitalisme ne peut pas être réformé. Il faut le détruire”. (ZIEGLER, 2018, p. 106)

Arrola, como conhecedor profundo da tragédia que vive a humanidade, aqueles elementos que justificam e explicam a necessidade de apressar o fim do capitalismo. Demonstra, com dados absolutamente concretos e reais, que a humanidade pode dispensar solenemente essa “maldição social”⁵, já que as forças produtivas atualmente existentes não se reproduzem mais plenamente sob a forma social capitalista. A rigor, com sua destinação monetária - verdadeiras montanhas de dinheiro inútil - manifesta toda a sua sanha predatória. A destruição de riquezas passa a ser, assim, a motivação única da “ciência” dos *economistas*.

Como “pura apologética”, assim Marx classificou toda a sabedoria contida na Ideologia, as nulidades científicas tomaram a seu cargo não só defender a conversão das riquezas em inutilidades produtivas, cujo destino é o Rentismo, como implantar um estado muito próximo à escravidão. Os bancos, enquanto expressão máxima na organização dessa tragédia, fizeram da jogatina pecuniária sua ocupação primordial. Sua antiga função financeira de organização da produção capitalista não resistiu ao golpe rentista, razão

⁵ Expressão usada por Marx em *Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão*, mais conhecidas como *Crítica ao Programa de Gotha*. (MARX; ENGELS, 1961, vol. 2)

pela qual o que ainda resta de suas aplicações produtivas tende a anular-se totalmente em prazo muito curto.

Sustentar ideologicamente toda essa calamidade já começa a causar defecções nas hostes que até agora se mantinham surdas aos clamores da realidade histórica, muito embora a confusão teórica esteja solta por toda parte. Não faltam aqueles que anunciam uma economia voltada para o povo, um novo sistema econômico, ou seja, algo assim como um capitalismo popular ou um socialismo a meias. Enfim, não passam de abalos superestruturais que timidamente atingem a Ideologia em sua tendência totalitária de domínio de classe.

Jean Ziegler manifesta sua perplexidade precisamente em como derrotar o aparato ideológico que tomou conta, indiscriminadamente, de todo o mundo. Isto não significa que o domínio da Ideologia não venha sofrendo, em sua necessária ligação com a realidade, fraturas expostas. É por aí que novos conceitos sobre a vida, em toda a sua multiplicidade, começam a se manifestar. A questão de como destruir a Ideologia fica, em seu livro, em suspenso. De certo modo, Ziegler a trata como a tarefa mais difícil, embora necessária à organização da luta contra um sistema que, segundo o próprio Papa, mata.

É neste ponto que se tornou urgente mostrar e demonstrar que os meios de produção, em sua revolta revolucionária contra o sistema econômico atual, ameaçados de destruição que estiveram e estão pela barbárie anticomunista, só poderão ser postos em movimento por outras forças sociais que lhes correspondam historicamente.

Sem ilusões utópicas, tenhamos em mente o que escreveram Marx e Engels na *Ideologia Alemã*. Aliás, eles são um desmancha-prazeres dos utópicos, ou dos que vivem de ideias sobre a natureza humana.

“O comunismo não é para nós um *estado de coisas* (Zustand) que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 38)

Referências

FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. **Economistas Políticos**. Seleção de textos, introd., trad. e notas de Pedro de Alcântara Figueira. São Paulo: Musa; Curitiba, Segesta, 2000, p. 199. (Verbete *Finanças*, *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert)

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Trad. e apresentação de José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Trad. de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. vol. 2.

SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. **Novos Princípios de Economia Política**. Trad. de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta, 2009. 501 p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. vol. I.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis, EEUU: Liberty Fund, 1981.

TURGOT, Anne Robert Jacques. **Écrits Économiques**. Paris: Calmann-Lévy, 1970. (Perspectives de l'Économie : Les Fondateurs de l'Économie)

ZIEGLER, Jean. **Le Capitalisme Expliqué à ma Petite-fillhe** (en espérant qu'elle en verra la fin). Paris: Éditions du Seuil, 2018.



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL